

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DO TRIBUNAL DO
JÚRI E VARA DOS DELITOS DE TRÂNSITO DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXX**

PROCESSO: XXXXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ora apresentada pela Defensora Pública que esta subscreve, investida no cargo nos termos do Art. 134 da CF/88, da Lei Complementar Estadual nº 19/94 e Lei Complementar Federal n.º 80/94, nos autos da ação penal que lhe move o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, apresentar CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES nos termos expostos.

Preliminarmente, convém destacar que os Embargos de Declaração somente serão oponíveis quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

O Ministério Público afirma que a sentença é contraditória já que no caso de reincidência, estabelece o art. 33, §2º, alínea “b” do Código Penal que o regime a ser fixado deverá ser o semiaberto, sendo ainda vedada a substituição da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos.

Ocorre que **não existe nenhuma contradição na sentença**, visto que a irresignação da acusação não conduz a interposição de embargos de declaração e sim o recurso adequado, qual seja, recurso de apelação.

Ademais, a **contradição** é a decisão que contém um conflito de ideias, uma incompatibilidade de teses expostas ou entre teses e o dispositivo. Portanto, deve existir uma **ilogicidade da própria decisão, em que a fundamentação não conduz a conclusão ou a fundamentação é incompatível com si mesma**.

A par da inexistência do cabimento do recurso de Embargos de Declaração, já que almeja a acusação a reforma da sentença em razão da irresignação do que fora decidido, podendo ser verificado nas razões do mérito do recurso, isto porque, uma vez imposta pena inferior a 4 anos de reclusão, não sendo o acusado reincidente específico, bem como o delito previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro não empregar violência ou grave ameaça a pessoa, pode o julgador

converter a pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, e, no caso, estão integralmente satisfeitos os requisitos do art. 44 do CP.

Verifica-se que a anotação presente na folha de antecedentes penais é referente ao crime previsto no art. 33 da Lei de Drogas, fato ocorrido em 07 de novembro de 2017.

A imposição de uma pena privativa de liberdade é a *ultima ratio* dentre o catálogo do próprio direito penal que é, ele também, a *ultima ratio* na resolução dos conflitos sociais, e com boas razões para tanto.

Mesmo se debatendo a (in)existência de um papel de ressocialização na pena privativa de liberdade, é virtualmente unânime a opinião de que nossas prisões são incapazes de desempenhá-lo. A situação caótica do sistema carcerário pátrio foi inclusive reconhecida pelo STF, em sua composição plena, ao conceder medida cautelar na ADP 347/DF, nos termos da seguinte ementa:

"CUSTODIADO - INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL - SISTEMA PENITENCIÁRIO - ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - ADEQUAÇÃO. Cabível é a arguição de descumprimento de preceito fundamental considerada a situação degradante das penitenciárias no Brasil. SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL - SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA - CONDIÇÕES DESUMANAS DE CUSTÓDIA - VIOLAÇÃO MASSIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS - FALHAS ESTRUTURAIS - ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL - CONFIGURAÇÃO. Presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, deve o sistema penitenciário nacional ser caracterizado como 'estado de coisas inconstitucional'. FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - VERBAS - CONTINGENCIAMENTO. Ante a situação precária das penitenciárias, o interesse público direciona à liberação das verbas do Fundo Penitenciário Nacional. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA - OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. Estão obrigados juízes e tribunais, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, a realizarem, em até noventa dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contado do momento da prisão". (ADPF 347 MC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 9/9/2015, DJe 18/2/2016).

O julgamento da referida ação de controle concentrado tem envolvido diversos setores da sociedade civil, que participam no processo enquanto *amici curiae*, e já conta com voto do Ministro MARCO AURÉLIO, seu relator, pela procedência do pedido (o julgamento foi interrompido em 28/5/2021, após pedido de vista do Ministro ROBERTO BARROSO). Em paralelo, a Suprema Corte realizou audiência pública nos dias 14/6/2021 e 15/6/2021 - convocada pelo Ministro GILMAR MENDES, relator do HC 165.704/DF - também com a finalidade de debater a hodierna situação prisional do país. Vê-se, assim, que o tema é atual e ocupa neste momento a atenção da mais alta Corte brasileira, o que demonstra a necessidade de uma atuação conjunta dos poderes estatais para a construção de soluções estruturais.

É nesse dramático substrato social que as penas restritivas de direitos exsurtem como alternativas viáveis ao cárcere.

O breve panorama aqui exposto serve de norte hermenêutico para a aplicação do art. 44, § 3º, do CP, que excepciona o requisito da primariedade para a substituição da pena privativa de liberdade com a seguinte redação:

"Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: [...] II - o réu não for reincidente em crime doloso; [...] § 3º. Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável **e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime**" (grifei).

Pontua-se que a reincidência se operou em relação a prática de crime diverso do apurado nestes autos e que a pena cominada abstratamente para o delito em tela não ultrapassa 1 ano e as circunstâncias judiciais foram todas favoráveis, além disso a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, no caso concreto, configura-se socialmente recomendável nos termos do art. 44, §4º, do Código Penal.

Em virtude do exposto requer a defesa técnica o não conhecimento dos Embargos de Declaração, considerando a inexistência de contradição na sentença e, subsidiariamente, em caso de conhecimento, requer-se a manutenção da sentença proferida.

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXX, data registrada no sistema.

FULANA DE TAL

Defensora Pública do
XXXXXXXXXXXXX